



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 52 DE 26 DE MAIO DE 2009

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL, Estado de Mato Grosso, Senhor **NIVALDO PONCIANO COELHO**, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Para atender necessidades de contratação de pessoal para prestação de serviços; aos órgãos da Administração Municipal, em caráter temporário de excepcional interesse público. Amparado no Art. 37, incisos IX da Constituição Federal. E de conformidade com a Lei Orgânica Municipal nos seus Artigos nº. 107, inciso VI, sendo que estas regulamentada pela Lei nº. 205 de 21 de Agosto de 1998, qual “Define os casos de Contratação por tempo determinado e dá outras providências”. Nas condições e prazos previstos nestas leis, regulamenta-se.

Art. 2º. Considera-se, para os fins desta Lei, a necessidade da contratação de pessoal, por tempo determinado, para prestação de serviços, de acordo Plano de Cargos vigente e aprovado pelas Leis Complementares nº. 36/2006, 40/2006 de 06 Agosto 2006, nestes termos concede-se abaixo:

- I – Admissão de 02 (duas) Zeladoras;
- II – Admissão de 01 (mm) Merendeira.

Art. 3º. A contratação do pessoal nos termos desta Lei, será feito mediante processo simplificado prescindindo de avaliação de títulos e documentos, com ampla divulgação.

§ 1º. A contratação de pessoal poderá ser efetivada á vista de notória capacidade profissional, através da apresentação de documentos, que qualifiquem para as funções específica proposta nesta Lei, nos seus incisos I, II, III e IV, Art.2º.

§ 2º. A Constituição Federal estabelece que “determinada ocupações exigem apenas conhecimento práticos da profissão”, neste contexto, as provas devem



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

constituir em testes práticos, mediante os quais os candidatos executem, na presença dos examinadores, as tarefas que lhe serão exigidas quando se acharem no exercício da função estabelecida.

Art. 4º. As contratações serão feitas por tempo determinado, observando o seguinte prazo de Junho a Dezembro/2009, nos casos previstos nesta Lei.

Parágrafo Único. O período probatório será de trinta (30) dias. Sendo o responsável do órgão da Administração Municipal, ao qual foi alocado o servidor, emitir nota de avaliação e parecer de aprovação ou não do servidor, encaminhando este para o setor pessoal para devidas providências.

Art. 5º. As contratações somente poderão ser feitas com observância da dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização do Prefeito.

Art. 6º. É proibida a contratação, nos termos desta Lei, de servidores da Administração direta ou indireta da União, Estado, do Distrito Federal, bem como de empregados ou servidores de seus subsidiários e controladas.

Parágrafo Único. Sem prejuízos da nulidade do contrato, a inflação do disposto neste artigo importará na responsabilidade administrativa do contratado, inclusive quanto à devolução dos valores pagos aos contratados.

Art. 7º. A remuneração do pessoal contratado nos termos desta Lei será fixada, em importância não superior ao valor da remuneração fixada para os servidores de final de carreira das mesmas categorias, de acordo plano de cargos e salários vigente da entidade contratante.

Art. 8º. O pessoal contratado nos termos desta lei não poderá:

I – receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II – ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para os exercícios de cargos em comissão ou função de confiar;

III – ser novamente contratado, com fundamento nesta Lei.

Parágrafo Único. A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão do contrato nos casos dos incisos I e II, ou na declaração da sua insubsistência, no caso do inciso III, sem prejuízos da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

Art. 9º. As inflações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei serão mediante sindicância, concluída no prazo de trinta dias e assegurada ampla defesa.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

Art. 10. Aplica-se ao pessoal contratado nos termos desta Lei, as relações trabalhistas e previdenciária vigentes e regidas pela legislação Municipal e Federal.

Art. 11. O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

I – pelo término do prazo contratual;

II – por iniciativa do contratado.

Parágrafo Único. A extinção do contrato, nos casos do inciso II, será comunicada com antecedência mínima de trinta dias.

Art. 12. O tempo de serviço prestado em virtude de contratação nos termos desta Lei será contado para todos os efeitos.

Art. 13. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Reserva do Cabaçal-MT, 26 de Maio de 2009

NIVALDO PONCIANO COELHO
Prefeito Municipal